

Projeto da Apa do Morro está trancado novamente

Criação da Área de Proteção Ambiental tramita nos poderes Executivo e Legislativo desde 2012, mas segue indefinido



O Morro São João, o Rio Cai e suas várzeas terão uso limitado por Plano de Manejo

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Quase quatro anos já se passaram e o projeto de implantação da Área de Proteção Ambiental do Morro São João continua sua jornada errante pelos escaninhos do poder público, ora no Executivo, ora na Câmara de Vereadores. Embora a Administração Municipal manifeste interesse na iniciativa, a baixa velocidade da tramitação está consumindo a paciência de alguns integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comde-

ma). Acreditam que pode haver interesses econômicos travando o avanço da proposta.

De acordo com a bióloga Gisele Ramos, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, existe muita desinformação em torno do assunto. "As pessoas têm medo de que, com a criação da Apa, toda a área envolvida ficará intocável. E não é isso. Uma vez criada, será elaborado um Plano de Manejo, estabelecendo as regras para o uso dos terrenos", ressalta. Para dirimir este tipo de dúvidas, ela acredita que deve

ser promovida uma nova audiência pública (a terceira) para, de forma didática, esclarecer a comunidade. A Apa será formada pelos morros São João, da Pedreira, dos Fagundes e os banhados próximos ao Rio Cai.

O presidente do Conselho, Almir Ferreira da Silva, está impaciente. Ele acredita que a Administração deveria reencaminhar o projeto que estava na Câmara e foi retirado no final do ano passado, responder aos questionamentos feitos pelo Legislativo na época, e aguardar a votação.

"Muitas das perguntas que chegaram até nós já haviam sido respondidas no documento. Parece que nem leram. Perguntaram se houve audiências públicas (houve duas), qual a lei que subsidiava, quem iria arcar com os custos, quais os benefícios da implantação da Apa, por exemplo. São coisas que já estavam no projeto", alega.

Almir lembra que o vaivém do texto entre Executivo e Legislativo, iniciado em 2012, prejudica a população. Desde então, existe uma deliberação do Comde-

ma vetando qualquer nova construção nas regiões que serão cobertas pela Apa. O objetivo é evitar qualquer ameaça ao projeto. Uma das poucas exceções foi a liberação para a edificação do posto de saúde do bairro Santo Antônio, na rua Getúlio Vargas. Almir reconhece que a medida vem causando transtornos para quem deseja construir, mas lembra que o objetivo final, que é preservar os morros para evitar novos desmoronamentos e a consequente perda de vidas, justifica a cautela. "Se a Apa tivesse sido criada, já teríamos o Plano de Manejo, regradando estas obras", explica.



ALMIR Ferreira da Silva preside o Conselho



RAFAEL Altenhofen, biólogo e ambientalista

Ambientalista cobra mais atitude para a criação da nova lei

Para o biólogo Rafael Altenhofen, secretário do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Administração Municipal precisa realmente se comprometer com a implantação da Apa para que o processo avance. Para ele, o ideal é que, primeiro, se crie uma lei ou um decreto delimitando a área. "O que existe é uma resolução definindo a poligonal, que são os limites da área e justificando os interesses históricos, sociais e ambientais. O subsídio para

isso são estudos feitos, inclusive, quando houve, há quatro anos, deslocamentos no Morro", recorda.

Altenhofen lembra que, na época, ocorreram duas audiências públicas, onde foram apresentados esses estudos e a proposta de criação de uma Apa. "Quais são os conflitos que existem por trás disso? Nós queremos entender por que isso não foi efetivado", ressalta. Uma vez implantada a Área de Proteção, será montado um corpo técnico para elab-

orar o Plano de Manejo, ou seja, estabelecer o que é possível e o que não é possível fazer na área.

O biólogo alerta que a Apa é um tipo de unidade de conservação que não exclui o direito de propriedade. "Pode ser feito uso, mas de acordo com as regras estabelecidas, visando a conservação do patrimônio histórico, cultural, ambiental e a preservação de vidas humanas. Mas, para isso, tem que primeiro efetivar a Apa", acrescenta.

Altenhofen suspeita que haja interesses de pessoas ou investidores travando a implantação, que não tem interesse, talvez econômico, que a APA saia. "Só que tem o outro lado também: nas audiências públicas, muitos proprietários chegaram à conclusão de que a criação da Apa tende a valorizar os seus imóveis. Porque onde se tem regramento, tudo terá que se adequar aos cuidados ambientais, a vista será bonita e tende a valorizar", justifica.

Muitos proprietários chegaram à conclusão de que a criação da Apa tende a valorizar os seus imóveis. Porque onde se tem regramento, tudo terá que se adequar aos cuidados ambientais...

Rafael Altenhofen